

**MOÇÃO DE REPÚDIO DA CONGREGAÇÃO DA UNESP – CAMPUS DE
FRANCA, AO VETO DO GOVERNADOR GERALDO ALCKMIN E SUA
MANUTENÇÃO PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE SÃO PAULO**

No dia 7 de julho, a Assembléia Legislativa de São Paulo votou sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006. Esboçando harmonia com os anseios da sociedade civil, os representantes optaram por aumentar o repasse do ICMS para as universidades estaduais de 9,57% para 10%, o Centro Paula Souza, que inclui as Fatecs, receberia, por sua vez, 1% da arrecadação do ICMS. No total, a verba destinada à educação superior aumentaria em R\$ 330 milhões, o que continua aquém do necessário (O ex-ministro da educação, Paulo Renato, quando ocupava a reitoria na UNICAMP calculou que o repasse necessário seria o de 11%, e não o de 10%).

O que seria um esboço de sintonia entre a sociedade civil e sociedade política, transformou-se, não obstante, em um veto do Executivo mantido pelo Legislativo.

No dia 24 de setembro, em Américo Brasiliense, o Governador Geraldo Alckimin recebeu 5 estudantes universitários e, justificando o veto, afirmou que sabe mais da situação do dinheiro público do que aqueles estudantes e que não iria realocar dinheiro da saúde para a educação.

O conflito de classes é parte da democracia, e a capacidade de intervenção social quanto à dimensão pública de suas propostas foi acolhida com desdém arrogante e sem base em dados objetivos.

Essa postura, além de evidenciar o caráter unilateral e autoritário do atual governo, revela, sobretudo, que a manutenção do veto pela Assembléia Legislativa escancara a crise do Legislativo e sua atual submissão ao executivo, sem avaliação crítica.

Na mesma medida em que se distancia da sociedade e do interesse geral de acesso e inclusão desta em Universidade Pública, gratuita e de qualidade.

Essa postura desrespeita os representantes na Assembléia Legislativa (o presidente da Comissão de Finanças da Assembléia, deputado do PFL José Caldini Crespo, diz que, um estudo dos técnicos da Casa comprova que o orçamento do Estado não ficaria comprometido com a aprovação das medidas vetadas).

Esse veto, além de constituir prova inquestionável de que há um desinteresse dos representantes políticos do Estado de São Paulo na melhoria de uma instituição que é imprescindível à existência de uma democracia justa e igualitária, produz articulações perniciosas. Basta somente relembrar o triste conflito entre a

polícia e estudantes universitários que protestavam, no dia 14 de setembro, contra o veto, que nos faz remeter a uma época demasiado traumatizante para ser esquecida.

Por isso, a Faculdade de História, Direito Serviço Social, Unesp campus Franca, posiciona-se contra o veto do governador; solidária às instituições-representadas por seus alunos, funcionários e professores - que, por diversos meios, vêm efetivando uma luta de resistência em prol da Universidade Pública; contra a repressão de estudantes que, com seus protestos, trazem sopro de democracia a esse sistema formal-representativo.

Ressaltamos, também, a importância da mobilização da sociedade que deve cobrar seus representantes que, no dia 28 passado, acolheram, submissos, o veto do governador, dando mais uma prova histórica de que a sociedade governamental continua com escolhas que vão contra a necessidades e os anseios da sociedade civil.

Franca, 5 de outubro de 2005.

Hélio Borghi
Presidente da Congregação